

**LDO**

## Universidades perdem R\$ 91 milhões no próximo ano

As universidades públicas paulistas (USP, Unicamp e Unesp) devem perder cerca de R\$91 milhões de seus orçamentos previstos para 96. Esta perda é provocada pelo fim do repasse integral da quota parte de 9,57% do ICMS, conforme estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo ano. De acordo com o texto aprovado pela Assembléia Legislativa em junho último, o percentual de 9,57% sobre a quota parte do Estado no ICMS aplica-se apenas até o valor real global arrecadado em 1995. Sobre o acréscimo real da arrecadação de 96 em relação à de 95, o percentual do ICMS a ser repas-

sado às universidades é quatro vezes menor.

Em 30 de setembro deste ano, o governo encaminhou à Assembléia Legislativa sua proposta orçamentária para 1996. De acordo com tal proposta, o governo estima que a quota parte do Estado na arrecadação do ICMS atingirá R\$ 16,807 bilhões, representando um crescimento real de 8,16% em relação à de 95. A partir destas estimativas, concluiu-se que a USP deixará de receber R\$ 47,8 milhões, a Unesp R\$ 22,3 milhões e a Unicamp R\$ 20,9 milhões. Em consequência, a quota parte das universidades será de 9,03%, voltando praticamente ao patamar vigente

entre os anos de 92 a 94, eliminando assim, uma importante conquista da greve de docentes e funcionários realizada em 1994.

Em julho deste ano, no Informativo Adusp nº 11, a diretoria da Adusp alertou para a derrota que as universidades haviam sofrido na votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1996 e mostrava, através de um exemplo, quais poderiam ser as perdas futuras. Agora não se trata mais de mero exercício de aplicação. É a própria proposta orçamentária do governo Mário Covas, mentor intelectual da mudança na LDO, que antecipa o tamanho do rombo no orçamento das universidades.

É importante observar que as perdas reais poderão ser maiores, dependendo da forma em que for regulamentado o artigo da LDO relativo aos repasses às universidades e da maneira que o governo manipular as projeções de receita e inflação.

Em entrevista à *Folha de S. Paulo*, o secretário estadual de Ciência e Tecnologia, Emerson Kapaz, disse que o governo vai aplicar em saúde e segurança a quantia que deixará de ser repassada às universidades. Kapaz disse que o governo manteve os 9,57%, mas que o crescimento real da arrecadação deve ser repartido com outros setores.

## Homenagem a Florestan reúne centenas de pessoas na USP

Cerca de 300 pessoas participaram do Ato em Homenagem ao Professor Florestan Fernandes, realizado pela Adusp, dia 20 de outubro no anfiteatro de História. Na ocasião foi lançada edição especial da Revista Adusp, inteiramente dedicada ao ex-professor da USP e da PUC, falecido dia 10 de agosto. A esposa, D. Myriam, e os filhos, Florestan Júnior e Heloísa Rodrigues Fernandes, estiveram presentes.

Pág. 3



Daniel Ruse Garcia

# USP recorre ao TST

Ação coletiva ajuizada pela Adusp visando o pagamento das diferenças de vencimentos referentes aos 'gatilhos' salariais não pagos integralmente em 1987 foi julgada procedente pelo Tribunal Regional do Trabalho em relação aos associados da Adusp regidos pela CLT.

No que diz respeito aos demais docentes (estatutários e contratados) o Tribunal do Trabalho decidiu remeter a questão para a Justiça Comum.

Duas providências distintas estão sendo tomadas para fazer cumprir a decisão:

a) associados celetistas - a USP está recorrendo ao Tribunal Superior do Trabalho (TST). A Assessoria Jurídica da Adusp está providenciando carta de sentença para iniciar a execução provisória do julgado;

b) associados estáveis e contratados - as peças do processo estão sendo encaminhadas à Justiça Estadual para que o processo continue.

## CONAD

# Docentes posicionam-se contra as propostas de FHC

Reunido em Salvador (BA), o XXXI Conad (Conselho Nacional das Associações Docentes) afirmou a necessidade da construção da unidade estratégica entre as classes trabalhadoras e a maioria da população brasileira.

Os delegados presentes

ao encontro colocaram-se favoráveis à centralidade de recuperação dos serviços públicos e contra a Reforma do Estado proposta pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Posicionaram-se, também, pela aprovação do substitutivo Cid Sabóia, por uma LDB democraticamente construída com os movimentos sindicais, populares e com as sociedades científicas.

Afirmou-se, também, a necessidade de se construir uma política de C&T voltada para as necessidades da maioria da população e não submetida à lógica da acumulação capitalista.

Objetivando apontar rumos para a intervenção do movimento docente nas Instituições Estaduais de Ensino Superior, coloca-se como tarefa prioritária a constituição dos fóruns de Associações Docentes como instrumento político de articulação e a construção de uma pauta unificada de luta para o setor.

O diretor da Regional da Adusp em São Carlos, Oziride Manzolli Neto, como delegado, e o 1º vice-pres. da Adusp, Osvaldo Coggiola, como observador, participaram do encontro.

## Adusp

### Diretoria:

Marco A. Brinati, Osvaldo Coggiola, Jair Borin, Heloísa D. Borsari, Valéria De Mareo, Primavera Borelli, José Nivaldo Garcia, Antonio César Fagundes, José Marcelino Rezende Pinto, Oziride Manzolli Neto.

### Editor:

Marcos Luiz Cripta vd

### Colaboração:

Profa. Lígia Marcondes Machado

### Projeto Gráfico:

Argem Godoy

### Produção Gráfica:

Maria Cristina Waligora e

Luís Ricardo Câmara

### Revisão:

Raquel La Corte

### Secretaria:

Rogério Yamamoto

Alexandra Carillo

### Distribuição:

Marcelo Chaves

Walter dos Anjos

Tiragem: 6.500 exemplares

Periodicidade: mensal

Filmes: Paper Express

Adusp-S.Sind.: Av. Prof. Luciano

Gualberto, trav. J, nº 374

Cid. Universitária - São Paulo - SP

CEP 05508-900 - Tel: (011) 813-5573

Fax: (011) 814-9321

# Dois Pontos

## Diretas em Ribeirão

A FFCL de Ribeirão Preto já adota, há um certo tempo, o processo de eleição direta para a escolha de seu diretor e o resultado das urnas tem sido sistematicamente referendado pela Congregação. Agora, um novo passo foi dado no sentido de democratizar os processos decisórios no interior da Universidade. A partir de uma sugestão dos docentes das categorias MS-2 e MS-3, e com a aquiescência dos candidatos, a Adusp, a Arfusp e o CEP (Centro de Estudos em Psicologia) promoveram uma eleição direta para a escolha do chefe do Departamento de Psicologia e Educação. O pleito ocorreu dia 25 de outubro e contou com a participação de 83,3% dos docentes, 34,91% dos estudantes e a totalidade dos funcionários. O resultado final indicou 63,36% dos votos para o professor Marcus Lira Brandão e 34,91% para a professora Zélia Maria Biasoli Alves, ficando os brancos e nulos com 1,73% igualmente distribuídos.

## Qualidade de vida na AL

Depois da chamada 'década perdida', a América Latina (AL) corre o risco de atravessar um decênio de crescimento econômico (conforme apontam os índices macro econômicos) com deterioração das condições de vida da grande maioria da população. A eliminação dos contratos formais de trabalho para boa parte dos trabalhadores, o atropelamento das parcas condições de equilíbrio ambiental, a restrição radical dos recursos para políticas de educação, saúde, assistência social, habitação, saneamento básico e transportes colocam a democratização em xeque. Para debater estas questões,

estará sendo realizado em São Paulo, entre os dias 27 de novembro e 1º de dezembro, o I Encontro sobre Qualidade de Vida na América Latina. O encontro pretende reunir profissionais, representantes dos movimentos populares, de organizações públicas e não-governamentais, assim como militantes dedicados à justiça social e à democracia no continente.

## Centenário de Engels

Entre os dias 7 e 10 de novembro o Departamento de História da Universidade de São Paulo estará realizando o Simpósio Internacional 1895-1995 Centenário da Morte de Friedrich Engels. Estão previstas 44 mesas de debates. No dia 7, às 19h30, o ex-presidente do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, fala sobre *Florestan Fernandes, militante e amigo*. A coordenação do Simpósio ficou a cargo do professor Osvaldo Coggiola.

## Desaparecidos políticos

A Adunicamp promoveu, dia 17 de outubro, reunião com o chefe do Departamento de Medicina Legal da Unicamp, Fortunato Badan Palhares, para que ele explicasse o andamento dos trabalhos em relação às ossadas de Perus e de familiares dos desaparecidos políticos durante o regime militar. A tensa reunião, de três horas, contou com a participação de representantes da Adusp, da Comissão de Familiares de Presos Políticos Mortos e Desaparecidos, de vereadores de Campinas e São Paulo e membros da Comissão designada pelo reitor da Unicamp para acompanhar o caso. Esta, segundo a Adunicamp, foi a primeira vez que discutiu-se publicamente o andamento daqueles trabalhos.

# Adusp promove Ato em Homenagem a Florestan Fernandes

No dia 20 de outubro a Adusp realizou, no Auditório do Depto. de História, um Ato em homenagem ao professor Florestan Fernandes, falecido no dia 10 de agosto. Cerca de 300 pessoas compareceram ao encontro que contou com as presenças da esposa do homenageado, Dona Myriam Rodrigues Fernandes, e dos filhos Florestan Júnior e Heloísa Rodrigues Fernandes.

Fizeram parte da mesa o presidente da Adusp, Marco A. Brinati, o ex-presidente do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, o reitor da USP, Flávio Pava de Moraes, o presidente da Andes, Luiz Henrique Schuch, o deputado federal pelo PT, Ivan Valente, os professores Carlos Guilherme Mota e Osvaldo Coggiola (vice-presidente da Adusp), o sociólogo Flávio Diniz Ribeiro (representando a professora da UFRJ Miriam Limoeiro), Vladimir Sacchetta (amigo e colaborador de Florestan Fernandes) e Paulo Martinez, representando os familiares. A diretoria da Adusp presenteou Dona Myriam com um pôster do professor Florestan Fernandes.

Durante o Ato foi lançada uma edição especial da *Revista Adusp*, inteiramente dedicada ao homenageado. A publicação traz dois textos inéditos de Florestan Fernandes sobre Educação e Socialismo, um depoimento prestado

por ele em maio de 1994 ao *Jornal Adusp* e uma entrevista com os filhos Florestan Júnior e Heloísa R. Fernandes. A *Revista Adusp* registra a obra do professor Florestan e publica, ainda, textos de Antonio Candido, Miriam Limoeiro, Jacob Gorender e Osvaldo Coggiola. A abertura desta edição especial foi redigida pelo neto de Florestan Fernandes, Paulo Henrique Fernandes Silveira.

O cordelista José Pessoa, motorista de táxi em São Paulo, lançou, na mesma ocasião, o cordel *O Engraxate que se Tornou Sociólogo*, sobre a vida de Florestan.

**Ato** - O presidente da Adusp, Marco Brinati, afirmou que Florestan se destacou por sua liderança na formação de uma escola de sociologia moderna, criando um estilo de refletir rigorosamente sobre a realidade. "Florestan teve uma preocupação sistemática com a questão social, participando ativamente na defesa da educação pública e na defesa dos oprimidos e excluídos", disse Brinati.

O ex-presidente do PT,



Florestan Júnior, Marco A. Brinati e Lula discursam para lembrar Florestan.

Lula, relembrou o período em que ele e Florestan atuaram como deputados constituintes e contou passagens sobre a atuação do "mestre" dentro do Partido dos Trabalhadores. Lula fez um discurso que emocionou a família e os amigos de Florestan ao falar da perda definitiva que representa a morte. Ele se reportou a essa 'perda definitiva' ao falar da morte de sua primeira esposa, que faleceu em consequência do mau atendimento da rede pública de saúde.

Florestan Júnior, em nome da família, agradeceu a homenagem e falou da expectativa que seu pai teve de retornar a lecionar na Universidade de São Paulo, de onde fora afastado durante o regime militar. "Ele tinha o sonho de retornar à USP. Infelizmente isso não foi possível", disse Florestan Júnior. Ainda segundo ele, Florestan somente decidiu-se pela entrada na vida político-partidária quando percebeu que não poderia retornar à USP.

## Entidades presentes ao Ato

Associação Nacional de História (Anpuh), Centro Acadêmico de Letras, Centro Acadêmico de Filosofia, Associação dos Docentes da Universidade de Campinas (Aducamp), Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo (Sintusp), Núcleo de Integração do Deficiente, Núcleo do PT da FFLCH, Centro Cultural Garcia Lorea, Governo de Alagoas, Partido dos Trabalhadores/Santo André, Partido dos Trabalhadores/São Paulo, Movimento Sem Terra (MST), Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e deputado Milton Flávio (PSDB), representado pelo professor Francisco Alves da Silva.

Correspondência - Encaminharam correspondência os senadores Bernardo Ca-

bral (PP), Epitácio Cafeteira (PPB), Hugo Napoleão (PFL) e Roberto Freire (PSB); os deputados Fernando Gasparian, Michel Temer (PMDB), Inocêncio de Oliveira (PFL), Miro Teixeira (PDT) e Célia Artacho (Prona); Antonio Souza Ribeiro (CUT); Luiz Antonio de Medeiros (Força Sindical); Silvana Cardoso Brandão (Apropucc); Francisco Barbosa (Sociedade Brasileira de Limnologia); Amélia Cohn (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea); Edmir Matson (diretor da Faculdade de Odontologia da USP); Cássio Mesquita Barros (Conselheiro da OAB), José Antonio Fernandes Paiva (Seebp/Piracicaba) Associação Docente da Universidade Católica de Salvador (Aduesal).



Heloísa Borsari entrega pôster de Florestan à Dona Myriam.

# Debate indica a necessidade a situação dos docentes com

Foto: Mabel

No dia 14 de setembro, a Adusp lançou o primeiro cartaz da campanha pelo fim dos contratos precários e realizou um debate sobre a questão. O debate foi coordenado pelo presidente da Adusp, Marco Brinati, e contou com a presença dos professores Helena M. C. Antunes, chefe do Departamento de Pessoal da Reitoria da USP; Mohamed Habib, da Unicamp; e Lígia M. Machado, representante da Adusp; além do assessor jurídico da entidade, o advogado Eduardo Ramirez.

A professora Helena Antunes, primeira a usar a palavra, disse que a questão dos precários vem preocupando o reitor Fava de Moraes, que gostaria de ver resolvido o problema. Ao longo do debate, ela afirmou que é necessário estabelecer o diálogo, com o objetivo de acabar com a insegurança que esse tipo de contratação precária traz para a universidade e para o docente. Afirmou, ainda, que a CLT, embora represente mais segurança do que os contratos com prazo determinado, tem problemas sérios, como a remuneração durante licenças por motivo de saúde e a aposentadoria. Helena considerou que poderiam ser adicionadas salvaguardas aos contratos precários, sob a forma de indenização e de critérios mais claros para a não recontração. Ainda de acordo com a representante da reitoria da USP, não há motivo para que não se realizem concursos públicos para os docentes que são MS3 agora ou que eram MS2 na época da aprovação do atual estatuto (1988). Sua informação é de que há cargos disponíveis mas que, apesar disso, as unidades têm optado por contratos precários. Ressaltou, porém, que a existência de cargos não significa existência de verbas: estas teriam



Eduardo Ramirez, Lígia Machado, Helena Antunes, Marco Brinati e Mohamed Habib.

que ser aquelas atualmente usadas nos contratos precários. A posição da administração da universidade, segundo a avaliação trazida pela professora Helena, é favorável à abertura de concurso público.

O professor Mohamed Habib relatou a experiência da Unicamp, quando de sua institucionalização há cerca de 9 anos. Naquela ocasião, grande parte dos docentes tinha contrato semelhante aos precários da USP. Esses contratos foram declarados perenes como consequência de terem sido as vagas correspondentes consideradas essenciais para seus respectivos departamentos. Na prática, isso representou a estabilidade do docente no departamento. Os docentes da Unicamp enquadrados nesta categoria devem fazer, a cada três anos, relatórios de atividades avaliados por uma comissão da própria unidade. Tais relatórios não equivalem a um pedido de recontração, isto é, não se considera que o docente está pedindo a renovação do seu contrato.

Naturalmente, casos em que haja incompatibilidade da atividade do docente com padrões de excelência resultam em advertência, comprometendo-se o docente a melhorar sua produção. Se isso não ocorrer, em prazo fixado, o docente é, então, demitido. A categoria de docentes com contratos perenizados foi considerada, desde sua implantação, como em extinção, não podendo haver novas contratações nesta modalidade.

Mohamed relatou que há outras duas modalidades de contratos não resultantes de concursos públicos na Unicamp: os contratos de MS1 e MS2, renovados anualmente de acordo com a avaliação do docente enquanto aluno de pós-graduação. A universidade se compromete a realizar concurso público quando os docentes contratados nessa condição de risco terminarem seu doutorado. Finalmente, ocorre, ainda, contratação sem concurso público, por um período de 3 anos, renovável por outro de igual duração. Também neste

caso, há o compromisso da unidade de realizar concurso público para possibilitar a efetivação do docente.

Lígia Machado, representante da Adusp e coordenadora da pesquisa que a entidade realizou, no primeiro semestre deste ano, sobre a situação dos precários na USP apresentou dados do questionário respondido pelos docentes e já publicados pelo Informativo Adusp de setembro. Ela ressaltou que os contratos precários são inconstitucionais, ferindo o artigo 37 da Constituição de 1988 e resumiu a atuação da Adusp sobre a questão, que vem ocorrendo desde 1979. Lígia caracterizou a insegurança que representa para o docente não poder prever até quando terá seu emprego e analisou o questionário, que mostrou um empate virtual entre as duas opções propostas para discussão pela Adusp: a perenização e a celetização dos atuais contratos precários.

A professora Lígia contestou a afirmação de que a

# de se resolver definitivamente tratados de forma precária

A questão dos precários vem preocupando o reitor

Fava de Moraes, que gostaria de ver resolvido o problema. É necessário estabelecer o diálogo, com o objetivo de acabar com a insegurança que esse tipo de contratação precária traz para a universidade e para o docente.

•  
Helena Antunes



Na Unicamp, estes contratos foram declarados perenes como consequência de terem sido as vagas correspondentes consideradas essenciais para seus respectivos departamentos. Na prática, isso representou a estabilidade do docente no departamento.

•  
Mohamed Habib

A existência de decisões da Cert sem justificativa e os entraves colocados aos recursos contra não recontrações apontam que a administração da Universidade de São Paulo é, pelo menos, omissa quanto à realização de concursos públicos.

•  
Lígia Marcondes Machado



administração da universidade seria favorável à realização de concursos. A existência de decisões da Cert sem justificativa e os entraves colocados aos recursos contra não recontrações apontam que a administração da Universidade de São Paulo é, pelo menos, omissa quanto à realização de concursos públicos, disse a representante da Adusp. Para ela, a manutenção dos contratos precários, pelo contrário, interessa à administração, já que permite a manutenção do poder nas unidades, concentrando grande grau de controle nas mãos dos atuais dirigentes.

O advogado Eduardo Ramirez ressaltou que contratos precários não têm respaldo jurídico. Além disso, sequer teriam uma racional jurídica, porque contratos precários se destinariam a funções precárias o que, certamente, não é o caso do ensino e da pesquisa. Eduardo considerou que o Estatuto do Servidor da USP, invocado como suporte dos contratos precários, admite-os para os servidores não-docentes por apenas dois períodos de três anos. Lembrou que os contratos precários foram inventados na época do reitor Gama e Silva com a função tácita de permitir à universidade livrar-se de docentes sem qualquer justificativa.

A campanha contra os contratos precários prossegue com uma fase de estudo das alternativas de contratação. Nesta fase, devem ser elaborados relatórios especificando as características de cada uma das grandes alternativas, bem como as vantagens e as desvantagens para o docente em cada uma delas. Tais informações visam subsidiar um processo posterior de discussão e avaliação, para que se possa apontar um caminho como a melhor solução para a questão.

## Vale tudo

"A luta pelo fim da estabilidade no serviço público pode ter lá seus méritos. Mas tem, também, seus limites. Do presidente Fernando Henrique Cardoso, chumbando os servidores: — Estabilidade não é direito adquirido, é abuso adquirido. Espera af: o sociólogo Fernando Henrique, expulso da Universidade de São Paulo pelo tação do AI-5, no regime militar não foi, depois de anistiado, reintegrado — e posteriormente aposentado — porque tinha assegurado esse direito".

Informe JB - 6 de outubro

## Cai a produção

"O indicador de Nível de Atividade (INA), apurado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), caiu 12,1% em setembro, em relação a igual período do ano passado. Em relação a agosto, o INA apresentou queda de 5,1%. O resultado do levantamento de conjuntura no setor industrial surpreendeu os empresários e técnicos da entidade. A expectativa era de retorno à estabilidade, com reflexo do abrandamento da política monetária. O resultado de setembro é o pior do Plano Real, seja qual for a comparação. O INA está 2,1% abaixo do índice de julho de 1994, quando foi instituído o plano de estabilização econômica".

O Estado de S. Paulo - 27 de outubro

## Inflação sobe

"A inflação subiu 0,16 ponto percentual e ficou em 1,41% na terceira quadrimestre de outubro (30 dias terminados em 23 de outubro e comparado com os 30 dias anteriores. O cálculo, da Fipe, vale para as famílias paulistanas com renda entre um e 20 salários mínimos".

Folha de S. Paulo - 27 de outubro

O Cônsul Político de Cuba em São Paulo, Rafael Hidalgo Fernandez, visitou a Adusp, dia 6 de outubro, com o propósito de estreitar relações com a Entidade. Rafael Hidalgo foi recebido por Marco A. Brinati, Heloísa D. Borsari e Valéria de Marco, respectivamente presidente, 1ª e 2ª secretária da Adusp. O encontro foi acompanhado também por Francisco Miraglia, Max Diekmann e Dina Lida Kinoshitaba.

Segundo o Cônsul cubano, seu país está procurando manter um maior intercâmbio com a América Lati-

na, prioritariamente com o Brasil, com o objetivo de trocar experiências em áreas como a saúde pública. Para Rafael Hidalgo, Cuba está procurando conversar com todos os setores da sociedade brasileira, inclusive com partidos não identificados com o socialismo. "Atualmente mantemos relações com todos que querem ter um diálogo respeitoso com Cuba. E este diálogo pode muito bem ser interpartidário e intersindical", afirma o Cônsul.

Rafael Hidalgo relatou experiências que estão sendo realizadas com duas pre-

feitas no Vale do Paraíba, uma das regiões mais pobres do estado de São Paulo. Segundo ele, nesses dois municípios, um administrado pelo PMDB e outro pelo PFL, estão sendo desenvolvidas ações acompanhadas por técnicos cubanos visando a redução da mortalidade infantil na região.

Foi debatido, ainda, o bloqueio comercial imposto pelo governo norte-americano a Cuba, os métodos de educação cubanos para a erradicação do analfabetismo e os avanços na área de biotecnologia aplicados na produção de vacinas.

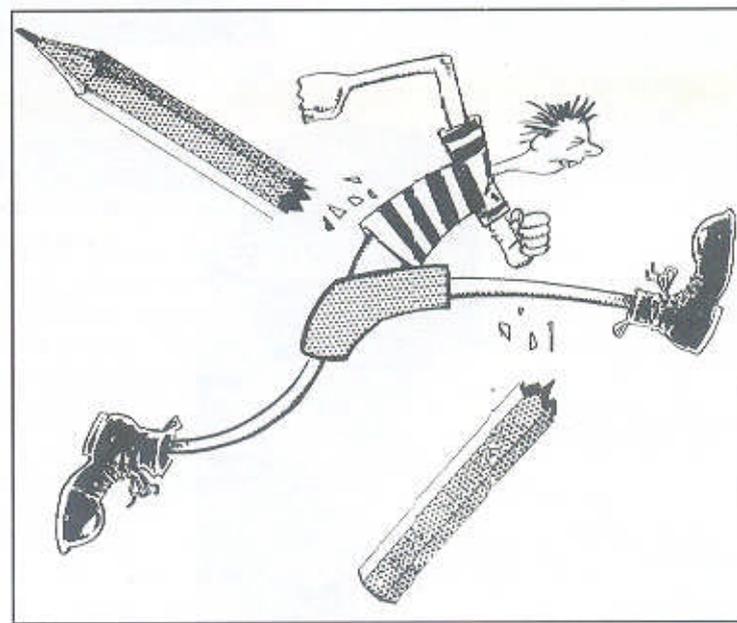
## Nobel de Química defende escola pública e diz que professor brasileiro ganha mal

O Prêmio Nobel de Química de 1981, Roald Hoffmann, professor da Universidade de Cornell, não poupou críticas aos baixos salários pagos aos professores brasileiros durante sua visita a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em julho. Ele participou das comemorações dos 30 anos do Centro de Ciências da Uerj e aproveitou a estada no Brasil para conhecer melhor a Amazônia.

Hoffmann afirmou, segundo o "Jornal da Ciência Hoje", não ter ficado com boa impressão das escolas básicas no Brasil, "por ser o salário dos professores tão baixo e o investimento da sociedade em escolas tão pequeno".

Para Roald Hoffmann, os professores da escola básica reclamam com razão:

"Conversei com alguns deles que me disseram que tinham três ou quatro empregos. Como é que podem fazer um bom trabalho?", questiona. Além disso, diz o Prêmio Nobel de Química, o currículo é um tanto antigo, alguns dos livros são bons — o que é encorajador —, mas a questão dos salários deveria ser o foco prioritário de atenção. Ele alertou que nem todos os avanços dos meios de comunicação levam a um ensino melhor.



Segundo Hoffmann, a invenção do retroprojektor teria uma influência mais importante no ensino do que a televisão; além do mais, as pessoas ainda consideram a TV meramente um meio de entretenimento, não de aprendizagem.

Hoffmann, que também é poeta, entende que o "maceite" para divulgar ciência está em compreender que "a ciência é senso comum que avança quando é matemático um relativo e simples raciocínio de qualidade. Acho que todo mundo é capaz desse raciocínio de qualidade".

Ainda segundo o Prêmio Nobel de Química, é incrível que a economia brasileira seja a oitava no mundo. "Acho que o país chegou a esse nível trazendo tecnologia do exterior como pacotes, não fazendo pesquisas e pagando muito pouco aos trabalhadores. A consequência é que haverá grandes anomalias aqui." Ele se colocou também contra a privatização da educação. "Concordo com a privatização de empresas, mas não acho que se possa privatizar a educação. Penso que a educação deve ser aperfeiçoada como uma política de um país", afirmou.

# Plebiscito indica unidade na FFLCH

Docentes, funcionários e estudantes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP participaram, entre os dias 25 e 27 de setembro, de um plebiscito para decidir sobre a unidade ou divisão da FFLCH. A manutenção da unidade saiu vencedora. De um total de 240 docentes que votaram, 168 optaram pela unidade (70%) e 67 pela divisão (27,90%). Cinco professores optaram pelo voto em branco ou nulo. Também junto aos estudantes a pro-

posta de unidade saiu vencedora (veja quadro). Apenas entre os funcionários a proposta de divisão da FFLCH saiu-se vencedora. Dos 245 funcionários que participaram da votação, 78 optaram pela unidade (31,84%) e 156 (63,67%) pela divisão. Onze optaram por votar em branco ou nulo. O plebiscito, organizado pela Congregação da FFLCH teve um caráter consultivo. No dia 9 de novembro a Congregação estará se reunindo para avaliar o resultado da votação.

Categoria	Unidade	Divisão	Branco e Nulos	Total
Docentes	168	67	5	240
Funcionários	78	156	11	245
Estudantes	1916	273	15	2204
Total Geral	2162	496	31	2689

## Avaliação

O plebiscito proposto e aprovado na Congregação da FFLCH sobre o tema da divisão ou unidade da Faculdade foi um sucesso do ponto de vista do comparecimento. Os números reais são maiores do que os percentuais apontados porque estes não levam em conta os afastamentos nem os abandonos de curso. Da parte dos estudantes, houve o maior comparecimento em urnas registradas nos últimos tempos, de acordo com as próprias lideranças estudantis da Faculdade. Isto mais a absoluta tranqüilidade em que se processaram a votação e a apuração conferem legitimidade inequívoca ao plebiscito e seu resultado.

Cabe, agora, à Congrega-

ção a decisão sobre a matéria, no âmbito da Faculdade. Certamente os resultados do plebiscito pesarão na reunião da Congregação prevista para o dia 9 de novembro. A questão da unidade ou divisão da FFLCH é histórica e passou por várias fases e propostas. Dificilmente ela se encerrará apenas com uma votação, seja qual for o lado vencedor. Mas sem dúvida vive-se momentos decisivos - não só para os destinos da FFLCH e dos Departamentos que a compõem. O momento interessa às demais unidades e à Universidade como um todo, pois refere-se à situação das Humanidades.

Flávio Aguiar - Pres. da Comissão Organizadora do Plebiscito

## Dossiê Rhodia

A publicação de maio/95 "Dossiê Caso Rhodia", preparada pelos Sindicatos dos Trabalhadores Químicos de São Paulo, ABC e Campinas, descreve a luta duradoura e sem tréguas por condições de trabalho que garanta a saúde do trabalhador e da comunidade. Descreve também os trabalhos para encontrar os lixos tóxicos clandestinos espalhados pela Baixada Santista. Além disso, apresenta as doenças das quais são acometidos os trabalhadores que lidam com compostos organoclorados. A cloracne, por exemplo, é uma doença que provoca "caroços" por todo o corpo que exalam um mal cheiro insuportável. O fígado está sempre comprometido nos trabalhadores contaminados, assim como o sistema nervoso central. A morte chega logo.

Além da contaminação dos trabalhadores, os "lixões" a céu aberto, sujeitos às intempéries, são lavados pelas águas das chuvas que carregam resíduos e material contaminado para as ruas e as próprias casas. Foi detectado o "lixo químico" no aterro do prédio da escola do Senai, na Praça da Bíblia, nº 1, em Cubatão. É provável que o veneno seja encontrado também na areia dos playgrounds da Baixada Santista, pois durante 15 anos saíram das áreas contaminadas às margens dos rios Branco e Mariana em Samaritá,

São Vicente, caminhões de areia para a construção civil. Só no final da década de 80, foram 500 caminhões!

A magnitude dos riscos desses "lixões" pode ser estimada em 100 mil toneladas de material contaminado, que por sua vez contamina o ar, os rios, o lençol freático, o complexo estuarino, a fauna e a flora marinhas. Peixes deformados já apareceram ao longo dos rios da região.

Ao contrário dos primeiros "lixões" localizados em Samaritá, nos anos de 1984 e 1985, os "lixões" de Cubatão foram os últimos denunciados pelos trabalhadores e pela comunidade e só reconhecidos oficialmente pela Rhodia em 1992 e 1993. O principal deles é o sítio dos Pilões, onde o descarte dos resíduos perigosos foi múltiplo e promovido por diversas indústrias do pólo de Cubatão. A composição do "lixão", além dos organoclorados inclui metais: alumínio, bário, arsênio, cádmio, chumbo, cobre, cromo, ferro, manganês, prata, zinco e mercúrio. Todos com potencial cancerígeno e em quantidades elevadas. O organoclorado predominante é o HCB (hexaclorobenzeno) em quantidade 3000 vezes superior à tolerada pelas normas internacionais.

Em Pilões, as famílias moravam literalmente em cima do "lixão", em contato direto, contínuo e prolongado

com o resíduo tóxico desde o início da década de 70. Exames clínicos e controle epidemiológico comprovaram contaminação múltipla e generalizada da população, por HCB, outros organoclorados e metais pesados. As 73 famílias residentes em Pilões conseguiram o direito de relocação e mudaram-se da área contaminada. Esperam agora conquistar os direitos indenizadores e a garantia de atendimento médico especializado e permanente custeado pela Rhodia.

A maior parte da Baixada Santista é abastecida com água tratada pela Sabesp, proveniente do rio Cubatão. Após a confluência com o rio Pilões e antes da estação de tratamento, o laudo pericial da Cetesb revela índices elevados de metais pesados e resíduos organoclorados na margem direita e no sedimento do rio Cubatão.

Sessenta mil das 100 mil toneladas do "lixão" que já havia contaminado o solo e a água foram incinerados entre 1988 e 1993. A Cetesb não monitorou a fumaça das chaminés por não dispor do método para o monitoramento das dioxinas, um subproduto. O "agente laranja", um desfolhante usado na guerra do Vietnã é uma dioxina, causadora de deformidades brutais nos filhos dos que inalaram o gás (desereve-se na literatura, a filha de um americano ex-combatente no Vietnã que

nasceu com 4 ovários, dois úteros, 2 vaginas, sem reto, sem uretra, falta de dedos, dentre outros problemas).

No forno de incineração da Rhodia a temperatura era de 900-1000°C, quando os padrões internacionais indicam 1200°C, para a destruição das dioxinas. Naquele forno, houve emissão de dioxinas para a atmosfera e aparecimento de organoclorados nas cinzas.

Em junho de 1993, a fábrica de produtos químicos e o incinerador da Rhodia em Cubatão foram interditados judicialmente.

Foram 156 trabalhadores contaminados e sete já mortos. Atualmente os trabalhadores da Rhodia-Cubatão estão afastados da produção, permanecendo no interior da fábrica, apenas 25 funcionários mantendo os equipamentos.

Hoje, os lixões da Rhodia compõem-se de três sítios: Cubatão com 4 depósitos; São Vicente com 3; e Itanhaém, com 4, abrangendo uma população de 100 mil moradores da região.

Maria Elisa Marcondes Helene - Núcleo de Apoio à Pesquisa e Economia, Sociedade e Meio Ambiente - USP

Mais informações sobre o assunto podem ser conseguidas com a Associação dos Contaminados Profissionais por Organoclorados; Rua Joaquim Tácora, 238 - Vila Mathias - Santos - SP. CEP: 11.075-301.

# OAB condena reforma administrativa de FHC

**Agência Andes** - Se dependesse dos votos dos quinze integrantes da comissão da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que acompanha as propostas de mudanças na Constituição enviadas pelo governo ao Congresso, o projeto de reforma administrativa não seria aprovado.

Reunidos na sede da OAB-seção DF, sob a presidência do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Evandro Lins e Silva, eles condenaram por unanimidade a proposta, que consideraram contraditória no sentido de melhorar a qualidade do serviço público e completamente desligada do diagnóstico que o próprio governo faz da situação do funcionalismo.

"De maneira geral, escapa pouca coisa do projeto. Para começar, o governo atribui a ineficiência da administração pública a distorções e privilégios. Ou seja, faz dos servidores o bode expiatório, enquanto cria uma casta de marajás, consolidando privilégios que existem hoje nos altos estratos do funcionalismo", afirma Sérgio Sêrvulo

da Cunha, secretário da Comissão da OAB que acompanha as reformas.

Na avaliação do jurista, a proposta de reforma administrativa do governo pressupõe um retrocesso no tempo a um sistema de anarquia em que os partidos que ascendiam ao poder colocavam na rua todos os funcionários para preencher os cargos públicos com sua clientela política.

Exatamente por isso, ele condena a quebra da estabilidade dos servidores, o fim dos concursos públicos e o enfraquecimento do Regime Jurídico Único e compara o projeto do governo a uma bomba de efeito retardado. "Parece que a pretensão do governo é instalar o caos na administração pública", afirma Sérgio Sêrvulo.

A conclusão da comissão será encaminhada ao Conselho Federal da OAB, que deverá ratificar o texto e encaminhá-lo aos deputados. Além disso, a comissão enviará propostas alternativas à Câmara, assim que o projeto chegar à Comissão Especial.

## Enfim, revertida demissão no IB

**F**indos oito meses de luta, a professora Marina Passeto Nóbrega foi recontratada por dois anos, a partir do final do seu contrato anterior. O último lance "jurídico" deste longo processo foi a interpretação da Consultoria Jurídica da reitoria de que a decisão do Conselho Universitário (CO), de dar provimento ao recurso interposto pela professora contra uma decisão do departamento de Biologia, só valia a partir de 29 de agosto, data da decisão do CO. Isto significaria que a professora, embora ganhando no CO, ficaria sem receber os salários correspondentes aos seis meses que o processo demorou para chegar à votação. Mais uma derrota certa da Universidade na Justiça. Aliás, seria importante esclarecer a que se deve gastou tão grande da Universidade com precatórias.

Muito embora o Departamento de Biologia do IB tenha colocado a professora Marina em disponibilidade (será que isto é cumprir a decisão do CO...), o Departamento de Fisiologia do IB se sensibilizou com a questão. Assim, considerando o currículo acadêmico da professora, aprovou em seu Conselho e propôs à Congregação a sua contratação por dois anos, a partir da data do término do contrato anterior. No dia 27 de outubro, a proposta do Departamento de Fisiologia foi aprovada na Congregação por 18 votos a favor, 1 contra e 3 em branco.

A Adusp deverá, através de comissão constituída para este fim, escrever a história deste caso, importante para entender a estrutura acadêmica e ética proposta pelo produtivismo para a Universidade.

## Previdência superavitária

**Agência Andes** - O governo começa a jogar por terra o argumento principal para a reforma da Previdência. Duas decisões tomadas pelo Palácio do Planalto comprovam que a Previdência é superavitária e que dispõe de recursos não apenas para financiar

o sistema como também para garantir suplementação orçamentária para outros setores.

Em primeiro lugar, o ministro Reinhold Stephanes decidiu antecipar, para janeiro, o pagamento de ações perdidas na Justiça e cujo prazo para o acerto final estava previsto para dezembro do próximo ano. São 11.625 ações, envolvendo benefícios, processos derivados de acidentes de trabalho e questões trabalhistas, entre outras, no valor total de R\$ 463,9 milhões.

Em segundo, decreto do presidente da República, publicado no Diário Oficial da União, retira R\$ 2,2 bilhões do orçamento da Seguridade Social em favor do Supremo Tribunal Federal (STF) e da Justiça Militar, a título de crédito suplementar.

Enquanto desvia recursos do orçamento da Previdência para outros setores, sem qualquer controle da sociedade, o governo FHC joga pesado contra o sistema previdenciário implantado no país.



### Resumo do Relatório da Tesouraria

Julho de 1995

<b>Saldo de Junho:</b>	<b>R\$ 416.448,64</b>
1. Receitas	
1.1. Contribuição Sócios	R\$ 70.922,86
1.2. Prestação Serviços	R\$ 2.342,26
1.3. Rendimentos Aplic. Financ.	R\$ 18.694,52
1.4. Outros	R\$ 6.083,00
<b>Disponível</b>	<b>R\$ 488.398,79</b>
2. Despesas	
2.1. Pessoal/Encargos Sociais	R\$ 27.133,28
2.2. Repasse a ANDES-SN	R\$ 14.140,11
2.3. Diretorias Regionais	R\$ 1.600,00
2.4. Manutenção da Sede	R\$ 7.749,90
2.5. Comunicação	R\$ 5.096,58
2.6. Eventos	R\$ 2.980,35
2.7. Outros	R\$ 15.860,49
<b>Total Despesas</b>	<b>R\$ 74.560,71</b>
<b>Saldo de Julho</b>	<b>R\$ 439.930,57</b>
3. Ativo Financeiro	
3.1. Aplicações em RDB+FBN	R\$ 377.620,08
3.2. Poupança	R\$ 77.165,84
3.3. Conta Corrente	R\$ 637,02
3.4. Caixa Secretaria	R\$ 9,73
<b>Total do Ativo Financeiro</b>	<b>R\$ 439.930,57</b>